

Hora extra vai ser paga em dobro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O empregador poderá exigir serviço extraordinário do trabalhador, mas terá de pagar o dobro da remuneração normal, segundo decidiu ontem a Comissão de Sistematização, ao aprovar, por 53 votos contra 30, a emenda do deputado Ademir de Andrade (PMDB-PA). Além dessa alteração, introduziu no substitutivo do relator Bernardo Cabral, a Comissão aprovou ainda a licença remunerada à gestante por 120 dias e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, com no mínimo 30 dias, e indenização nos termos da lei.

Nas votações de ontem, relativas ao artigo 8º, que trata dos direitos sociais, a Sistematização rejeitou, por 49 votos a 28, a emenda do deputado Florisceno Paixão, que pretendia a concessão de férias de 30 dias com remuneração em dobro.

A parte mais significativa dos trabalhos de ontem da Comissão foi a referente à votação das emendas oferecidas, em destaques, ao inciso XVII do substitutivo. Dos cinco destaques existentes, quatro pretendiam suprimir esse dispositivo, o que, nas discussões, levou o plenário a entendimentos prévios, resultando na retirada dessas destaques supressivos. Influuiu muito para essas deci-

sões o pronunciamento do relator substituto José Fogaça, para quem a supressão do inciso XVII seria contrária aos interesses dos trabalhadores.

Fogaça assinalou que a indenização, ali prevista, não se contrapõe à garantia de emprego prevista no inciso I, aprovado na semana passada. Na verdade, ainda segundo as explicações do senador gaúcho, o inciso XVII cria a demissão motivada, que é a permitida pela alínea C, do inciso I (justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa). A indenização prevista no inciso XVII, como notou Fogaça, "é um direito que se soma à garantia de emprego para os trabalhadores urbanos e rurais".

Retirados os quatro destaques supressivos, foi votada e aprovada a emenda do deputado José Maria Eymael, que muda um pouco o dispositivo original. Este tinha a seguinte redação: "Aviso prévio e direito à indenização, nos termos da Lei". E passou a ser assim: "Aviso prévio, proporcional ao tempo de serviço, de no mínimo 30 dias, e direito à indenização, nos termos da Lei".

A emenda foi acolhida por 63 votos a favor e 21 contrários. Segundo as explicações dadas durante a discussão, o aviso prévio proporcional

será proporcional ao tempo de serviço, entendendo-se, como consequência, que o trabalhador poderá ter direito, no aviso prévio, a um mês por ano de trabalho ou outra duração, tudo dependendo do que a futura lei ordinária ou complementar determinar. Poderá, por exemplo, ser determinado que cada ano de trabalho corresponde a um período de 10 dias ou de uma semana, embora, pela interpretação de alguns constituintes, a circunstância de o texto da emenda indicar um período mínimo de 30 dias, as frações seguintes não serão inferiores também a um mês por ano de trabalho.

SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

As votações de ontem transcorreram sem incidentes, embora a comissão, durante toda a tarde, não tivesse conseguido aprovar mais do que cinco incisos. A primeira votação foi a do inciso XIV, que trata do serviço extraordinário. O texto original do substitutivo indicava apenas o pagamento, "com remuneração superior ao normal", enquanto a emenda aprovada especificou uma diferença maior, estabelecendo o dobro do normal. Durante os debates, o deputado Gérson Peres colocou-se contra a emenda, alegando que sua aprovação seria "um estímulo à vagalagem".



Além da hora extra em dobro, Sistematização aprova licença remunerada de 120 dias para gestantes

Ulysses negocia a estabilidade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, vai tentar convencer os integrantes do seu partido a rejeitar, no plenário da Constituinte, a garantia de emprego prevista no substitutivo do relator Bernardo Cabral e aprovada pela Comissão de Sistematização. O dirigente peemedebista precisará de pelo menos 230 votos para derrubar o princípio e conseguir deixar a questão para a legislação ordinária.

Quem revelou a tentativa de Uly-

ses Guimarães de rejeitar a garantia de emprego foi o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), que esteve ontem à tarde discutindo o assunto com o multipresidente, em sua residência oficial. Franco afirmou que muitas empresas suspenderam seus investimentos depois que a Sistematização aprovou a estabilidade, mas não soube dizer quais setores da indústria adotaram essa providência. O senador sergipano acentuou apenas que a categoria está preocupada.

Albano Franco criticou ainda a aprovação do pagamento de horas extras correspondentes a 100% do valor da hora normal. Esse dispositivo, em seu entender, vai criar ainda mais dificuldades para o setor industrial.

O também senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), líder do seu partido no Senado, definiu em apenas duas palavras o clima de descontentamento geral do empresariado, que está considerando a proteção do trabalhador contra a demissão imotivada, aprovada na semana passada pela Sistematização, co-

mo garantia de estabilidade: emocionalidade e desinformação.

Dentro da Comissão de Sistematização, o entendimento majoritário é de que não foi garantida nenhuma estabilidade absoluta no emprego para o trabalhador. Dos vários constituintes ouvidos ontem, apenas um, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), discordou dessa opinião. Para ele, não só está garantida a estabilidade como, com a possibilidade de a matéria ser remetida para a lei ordinária, poderá até mesmo ocorrer a ampliação dessa estabilidade.

Fiesp busca apoio de moderados

JORGE ABDUCH E HUGO STUDART

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o governador Orestes Quércia poderão firmar um acordo político para derubar o princípio da estabilidade no emprego no plenário da Constituinte. O presidente da Fiesp, Mário Amato, deverá procurar o governador paulista na próxima semana, para tentar recompor as forças moderadas e derrotar os xilitas na Constituinte.

para os riscos da transformação do parque industrial brasileiro em sucata por causa de princípios "populistas" na futura Constituição.

Os moderados foram surpreendidos com a vitória dos xilitas na questão da estabilidade no emprego. Conservadores do PDS e PTB, liberais do PFL, moderados do PMDB e empresários simpáticos aos três grupos desarticularam-se completamente e deixaram que o princípio da estabilidade no emprego fosse aprovado na Comissão de Sistematização.

A estratégia deverá ter duas etapas, segundo adiantou um diretor da Fiesp. Na primeira, os empresários defenderão princípios do liberalismo econômico em 14 ou 15 questões de seu interesse a serem ainda votadas pela Comissão de Sistematização, como o conceito de empresa nacional, reforma agrária e investimentos externos. Na segunda, tentarão manter as posições conquistadas na Sistematização e reverter as questões derrotadas, como a estabilidade no emprego.

Uma ameaça às pequenas firmas

As questões de direito trabalhista, em especial a estabilidade por tempo de serviço, também estão preocupando os empresários da área de comércio. Ontem, no Rio, o conselho diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro esteve reunido para discutir que tática o setor irá escolher para levar avante suas propostas junto aos constituintes.

Durante a reunião fechada, coordenada pelo próprio presidente da entidade, Amaury Temporal, participaram seis vice-presidentes e o ex-diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), Roberto Fendt. O conselho diretor da Associação Comercial pretende ampliar a discussão sobre todos os ângulos da questão. Mas, por enquanto, não quis fazer declarações à imprensa sobre as primeiras conclusões obtidas nessa reunião de ontem. Sabe-se, porém, que o ponto mais exaustivamente discutido foi o da estabilidade por tempo de serviço. A Associação Comercial vê nesse dispositivo sérias ameaças à sobrevivência especialmente das pequenas firmas. Uma vez encontrado um denominador comum na classe sobre esses assuntos, as lideranças deverão levá-lo a Brasília.

Constituintes contra a prorrogação dos prazos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O desgaste da Constituinte, particularmente da Comissão de Sistematização, com a demora dos trabalhos, preocupa seus integrantes. O deputado Joaci Góis (PMDB-BA) está recolhendo assinaturas para moção a ser entregue a Ulysses Guimarães, pedindo-lhe não mais dar nenhuma prorrogação de prazo para funcionamento da comissão.

É impossível continuar do jeito que está. Isso desgasta a Constituinte, que se desmoraliza a cada mês que passa. Só o trabalho da Sistematização vai demorar quatro meses. Temos de fazer um acordo para mudar essa sistemática", diz, inquieto, Vladimir Palmeiras (PT-RJ).

"Vamos nos liquidar aqui. Temos de descobrir uma fórmula para que a Sistematização vote com rapidez. Se continuar como está, a opinião pública vai desacreditar a Constituinte. Estamos diante de uma situação extremamente desagradável", concorda o secretário do PFL, deputado Saulo Queiroz.

O vice-líder do PFL, Inocêncio Oliveira, não partilha tal pessimismo: "Vamos terminar os trabalhos em 30 de dezembro, daqui a uns 45 dias". A seu lado, o ex-presidente da Assembleia Legislativa de Minas, deputado José Santana (PFL-MG) não foi tão otimista: "Passado o debate em torno do sistema de governo, a coisa anda mais rápida. A Sistematização conclui seus trabalhos em meados de dezembro".

Jânio pede restrição a imunidade parlamentar

O prefeito Jânio Quadros enviou ontem ofício ao senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, propondo alterações no substitutivo do relator Bernardo Cabral para restringir as imunidades parlamentares. Jânio pretende que as imunidades prevaleçam "apenas para o exercício de deputado ou senador, na Câmara ou no Senado". No ofício, ele explica que "os mandatários seriam invioláveis no desempenho de suas funções e essas se realizam nos respectivos plenários. Na vida cotidiana, impõe-se que fiquem submetidos às leis em vigor, muitas das quais ajudaram a elaborar".

Com essa alteração, argumenta Jânio, "a Justiça seria valorizada e

dignificada". E frisa que, se mantida a redação atual dos artigos 52 e 62 do substitutivo Cabral, haveria "o incitamento à desordem, o aumento e discriminação da violência, resultado necessário da pregação subversiva e atentatória da autoridade, que muitos promovem e promoverão".

O prefeito de São Paulo sugeriu ainda alteração no artigo 144, "que cassa a autonomia e independência do Poder Judiciário e do Ministério Público, submetendo-os a um Conselho Inaceitável, que anula as garantias asseguradas". Ainda em seu ofício a Afonso Arinos, Jânio observa: "Não me move interesse particular algum, eis que no próximo ano, em 1988, deixarei, em definitivo, a vida pública".

PF investiga a morte do prefeito

AGÊNCIA ESTADO

Por determinação do ministro da Justiça, Paulo Brossard, desde ontem a Polícia Federal está investigando o atentado que resultou na morte do prefeito de Boa Vista (Roraima), Sílvio Leite, na sexta-feira. Apesar da ordem enviada de Brasília pelo ministro no mesmo dia do atentado, até ontem o crime continuava sendo investigado pela Secretaria de Segurança Pública. No telex, Brossard recomendou "exemplar diligência" nas investigações e comentou que "se o inquérito apontar a participação do governador Getúlio Cruz no caso, sua permanência no cargo ficará "moralmente insustentável".

O vice-prefeito de Boa Vista, Roberto Araújo, só conseguiu ficar por duas horas no cargo. O vereador Amazonas Brasil, muito ligado ao ex-prefeito, impetrou mandado de segurança para suspender a posse. O juiz José Machado de Oliveira, o mesmo que, no sábado, havia mandado prender o governador Getúlio Cruz e o vice-prefeito Roberto Araújo, suspeitos de participar do assassinato de Sílvio Leite, concedeu a liminar. Agora, responde interinamente pela Prefeitura de Boa Vista o presidente da Câmara dos Vereadores, José Maria Gomes Carneiro.

Cabral beneficia quem acumula dois mandatos

Nas disposições transitórias do substitutivo de Bernardo Cabral há um artigo que beneficia apenas deputados estaduais e federais da atual legislatura. A opinião é dividida pelo jurista Miguel Reale Júnior, o vereador Marcos Mendonça (PMDB) e o jurista e deputado federal Tito Costa (PMDB-SP). Trata-se do artigo 44 do Título IX, que diz: "Os atuais deputados federais e estaduais que foram eleitos vice-prefeitos, se convocados a exercer em suas funções de prefeito, não perderão o mandato parlamentar".

Ao utilizar o termo "que foram", o relator cuida dos deputados eleitos vice-prefeitos no último pleito e que agora poderão ocupar a prefeitura das cidades onde ocorreram as eleições, sem perder seus cargos. A legislação tradicional no Brasil determina que, nestes casos, o político escolha um dos postos e abdique do outro. Com a nova redação de Bernardo Cabral à Constituição, o vice-prefeito de São Paulo, Arthur Alves Pinto (PFL) por exemplo, poderá assumir a cadeira do prefeito Jânio Quadros sempre que o ex-presidente se ausentar. O mesmo ocorre com o vice-prefeito de Belo Horizonte, Alvaro Antônio (PMDB), que também é deputado federal.

Porém, na Seção V, onde cuida

Deputado denuncia censura telefônica

Os telefones dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso (SP) e dos deputados constituintes Euclides Scalco (PR) e Luis Henrique (SC), bem como de alguns ministros da esquerda do PMDB, estão grampeados desde a convenção nacional do partido, realizada a 4 de julho deste ano. A denúncia foi feita ontem pelo deputado estadual Waldir Trigo, que também descobriu que o seu próprio aparelho telefônico está sob escuta. Trigo pediu ao sistema de varredura da Assembleia Legislativa que fizesse a limpeza dos seus dois aparelhos, um instalado no seu gabinete, no quinto andar do prédio do Legislativo, e o outro no seu apartamento, em São Paulo.

O deputado acredita que o grampeamento desses aparelhos ocorreu porque tanto os senadores como os deputados citados por ele são os principais responsáveis pelo movimento de confronto ao presidente José Sarney. Disse o deputado que os grampos foram constatados desde que o senador Mário Covas não permitiu que o PMDB decidisse na convenção de julho sobre o tempo de mandato presidencial.